

O *Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade* vem a público manifestar total repúdio ao *Projeto de Decreto Legislativo nº 539/2016*, que pretende cassar os efeitos de uma resolução normativa do *Conselho Federal de Psicologia (Resolução CFP 01/1999)*, que tem por objetivo firmar parâmetros técnicos/éticos para o exercício profissional da(o) psicóloga(o) no lide com a temática da orientação sexual. O espírito da resolução em causa alinha-se a um posicionamento também contrário a todo e qualquer movimento de ataque às pessoas trans e travestis, que seguem lutando pela despatologização de suas identidades, pelas possibilidades de existir dignamente e que, nesse momento, enfrentam duras investidas de profissionais que, ao invés do cuidar, produzem discursos e práticas que negam, por exemplo, que o sofrimento experimentado por muitas dessas pessoas se dá em decorrência do preconceito e da exclusão.

Sobre a resolução, esta fundamenta-se na produção científica nacional/internacional e orienta-se por princípios constitucionais de igualdade e de enfrentamento da discriminação sofrida por pessoas LGBTQ¹s no interior de uma sociedade ainda muito marcada pela violência da lógica cis-heteronormativa e pelos seus cruéis desdobramentos. Com quase vinte anos de existência, a resolução opera como dispositivo orientador para a atuação profissional em psicologia e, inclusive, como referência para outras áreas e instituições de ensino e pesquisa na direção da garantia dos direitos humanos. Trata-se de importante instrumento de combate ao preconceito historicamente instituído, segundo o qual as orientações sexuais e identidades de gênero não cis-heteronormativas deveriam ser pensadas, entendidas e “tratadas” na chave da doença, do distúrbio, do desvio e da perversão. A publicação da *Resolução CFP 01/1999* seria, portanto, condizente com a função do *Conselho Federal de Psicologia* de orientar o exercício profissional das(os) psicólogas(os), na medida em que reitera a falta de sentido de “tratar” o que não constitui, em absoluto, qualquer psicopatologia ou qualquer anormalidade.

O *PDC nº 539/2016* pode ser somado a outras propostas parlamentares semelhantes e igualmente inconsistentes como o *PDC nº 234/2011* e o *PDC nº 1.457/2014*. Todos os projetos expressam um conservadorismo retrógrado e um insistente desrespeito à laicidade do Estado, tendo em vista que partem de setores ditos religiosos com espaço no poder legislativo brasileiro. Os argumentos favoráveis a tais projetos são deveras frágeis, mas encontram muitas pessoas que os defendem, capturadas que estão pelo olhar medicalizante que enxerga doença e desvio nas diferenças que nos constituem a todos e todas na construção identitária de cada um(a) de nós, concepções colonizadas e colonizantes que buscam manter o controle e a manutenção das desigualdades tão ainda entranhadas em nossas formações.

Bruno Delgado, um dos seis depoentes de *Bichas* - documentário idealizado, dirigido e editado pelo publicitário pernambucano *Marlon Parente* (disponível no *YouTube*) -, relata que iniciou um “processo terapêutico” aos oito anos de idade para ser treinado a não ser quem era em diversos aspectos; o jovem deveria aprender, no contexto de um atendimento psicológico, a andar, falar, escrever e comportar-se “como homem”, mais precisamente como o modelo de masculinidade do irmão. À medida que notava crescer a distância do modelo de masculinidade padrão, o conflito vivido por *Bruno* acentuava-se a ponto de não lhe restar alternativa que não a do isolamento e, no limite, a ideia suicida. Ora, é a essa psicologia (criminoso, diga-se) que nos dirigimos enquanto coletivo de pessoas, profissionais e ativistas de diversas áreas e frentes

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais e Queer.

de atuação para afirmar o reconhecimento das diversas identidades e sexualidades e lutar pela superação de todo e qualquer tipo de prática que se coloque no lugar de “tratamento” do que não é, não pode e não deve ser tratado pelo simples fato de que não há o que se tratar. Há sim o que se escutar, considerar e compreender - o sofrimento de quem experimenta na carne as violências cotidianas engendradas nas malhas de um tecido social essencialmente perverso, mas, ainda assim, contraditório. Seguimos em luta, transformando as lacunas em rachaduras, até construirmos formas de existir em que todas as vidas importem e em que diferenças sejam vividas na qualidade de potência.

A que se destina a patologização das diferenças? Por que ser LGBTIQ é imoral?

Quando o preconceito vai tornar-se objeto de análise nos consultórios?

Olhem os dados do mapa da violência e vamos conversar:

A cada 11 minutos uma mulher é estuprada; 3 em cada 5 mulheres já sofreram violência nas relações “amorosas”. A maioria das violências é cometida por alguém próximo à vítima (namorado, esposo, pai, irmãos, tios). Cerca de 13 mulheres são assassinadas por dia no Brasil (negras, indígenas, trans e travestis são as preferidas pela cultura que, além de machista, é racista, classista e lgbtfóbica; violências que manifestam-se de várias formas (física, psicológica, moral, sexual, cárcere privado e patrimonial).

Violências: xingar, humilhar, controlar (camuflado em termos de “cuidado”), impedir de sair ou de usar determinados tipos de roupa, esconder documentos para não estudar/trabalhar, estuprar, bater, matar.

Sem que percebam, mulheres são ensinadas a alimentar o machismo para depois serem culpabilizadas por ele. Mães não podem ser carinhosas com os filhos nem cobrar que eles se envolvam em atividades domésticas para que “não virem viados”. O homem é o primeiro a culpar; viado não pode, mas agressor é permitido nos mandamentos do patriarcado. “Precisamos curar!”

A cada 28 horas uma pessoa homossexual é assassinada pelo simples fato de se relacionar afetivo-sexualmente com pessoas do mesmo gênero; o Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis. Como você consegue dormir? A “normalidade” tem produzido práticas pedagógicas, clínicas e jurídicas que têm expulsado LGBTIQs das escolas, dos serviços de atenção à saúde, do mercado de trabalho, das relações afetivas, da vida. Segundo a lógica normativa da ideologia de gênero dominante, essa que fundamenta a “cura gay”, a cultura do estupro, o machismo, o feminicídio, a lgbtfobia, o sexismo, o racismo e a misoginia é que são normais, limpinhas e saudáveis.

Em qual trincheira você vai lutar? Vai individualizar, biologizar, medicalizar?

Na história de um olhar, Eliane Brum partilha a seguinte delicadeza:

“O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos.

Diminutos, invisíveis.

O mundo é salvo pelo avesso da importância.

Pelo antônimo da evidência.

O mundo é salvo por um olhar. Que envolve e afaga. Abarca. Resgata. Reconhece. Salva. Inclui.

Esta é a história de um olhar. Um olhar que enxerga. E por enxergar, reconhece.

E por reconhecer, salva.”

Inspire-se. Permita-se.

O sangue da omissão também escorre em tuas mãos.

Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade

<http://www.medicalizacao.org.br>